

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DE COMBATE AO
CRIME ORGANIZADO, VIOLÊNCIA E NARCOTRÁFICO**

PROJETO DE LEI Nº 2.161, DE 2003

Dispõe sobre financiamento para casa própria aos integrantes dos órgãos de Segurança Pública.

Autor: Deputado CORONEL ALVES

Relator: Deputado JOSÉ CARLOS ARAÚJO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.161/03, de autoria do nobre Deputado Coronel Alves, dispõe sobre o financiamento para casa própria aos integrantes dos órgãos de Segurança Pública.

Em sua justificativa, o autor assevera que a maioria dos integrantes dos órgãos de segurança pública destinam significativas parcelas de seus vencimentos para o pagamento de aluguéis e, conseqüentemente, não conseguem adquirir sua casa própria.

Argumenta que, devido à difícil situação financeira, muitos policiais acabam obrigados a residir em áreas habitadas por marginais, o que acaba por expor a sua família a riscos desnecessários.

Acrescentou, ainda, um exemplo internacional no qual a França proporciona moradia aos seus policiais como forma de dar dignidade social e condições de desenvolvimento do trabalho.

Por despacho da Mesa, datado de 13 de outubro de 2003, o Projeto de Lei nº 2.161/03 foi distribuído à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico; à Comissão de Finanças e Tributação e à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, nos termos em que dispõem os arts. 24, inciso II, e 54, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Em 29 de outubro de 2003, esgotado o prazo regimental de cinco sessões, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 2.161/03 foi distribuído à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico por referir-se a tema previsto na alínea “d”, inciso XVIII, do art. 32, do RICD.

Concordamos com o nobre Autor no que se refere à necessidade de serem tomadas medidas urgentes para que as questões ligadas à moradia dos servidores dos órgãos de segurança pública sejam equacionadas.

É socialmente insustentável que um policial tenha a sua conduta profissional ameaçada, simplesmente, por não poder residir em áreas que permitam oferecer tranquilidade e segurança para si e para a sua família.

Esse risco, sempre presente, acaba ameaçando o policial, os seus familiares e a toda sociedade que passa a contar com um servidor acuado, exatamente no espaço reservado ao seu descanso e convívio familiar.

Cumprimentamos o nobre Autor pela iniciativa, que busca levantar o debate sobre tão importante tema que, quando solucionado, influirá decisivamente para a melhoria da segurança pública e para a valorização desses profissionais de quem tanto necessitamos.

No entanto, embora concordemos com o mérito, é oportuno levantar que, em aspecto a ser posteriormente verificado pela egrégia Comissão de Constituição, Justiça e de Redação, parece haver indício de inconstitucionalidade no que se refere à iniciativa privativa do Presidente da República e à aplicação do princípio federativo.

Assim, quanto ao mérito relacionado com o campo temático desta Comissão, entendemos que o Projeto de Lei nº 2.161/03 se constitui em peça oportuna e conveniente para o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico federal, conferindo melhores condições de trabalho aos abnegados profissionais da segurança pública. Voto, pois, pela APROVAÇÃO da proposição.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado JOSÉ CARLOS ARAÚJO
Relator